

REVISTA

# DIÁLOGO EDUCACIONAL

[periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional](http://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional)

  
**PUCPRESS**

## Flagrantes das condições de exercício da profissão docente em escolas rurais do Distrito Federal (1966-1971)

*Snapshots of the conditions under which teaching takes place in rural schools in the Federal District (1966-1971)*

*Instantáneas de las condiciones en que se desarrolla la profesión docente en las escuelas rurales del Distrito Federal (1966-1971)*

---

Juarez José Tuchinski dos Anjos <sup>[a]</sup> 

Brasília, DF, Brasil

Universidade de Brasília (UNB), Faculdade de Educação, Departamento de Teoria e Fundamentos

**Como citar:** ANJOS, J. J. T. dos. Flagrantes das condições de exercício da profissão docente em escolas rurais do Distrito Federal (1966-1971). *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, PUCPRESS, v. 26, n. 88, p. 518-530, jan./mar. 2026.  
<https://doi.org/10.7213/1981-416X.26.088.AO01>

### Resumo

O artigo, de caráter historiográfico, tem por objetivo analisar alguns flagrantes na imprensa das condições de exercício da profissão docente nas escolas rurais do Distrito Federal, entre os anos de 1966 e 1971. Em termos metodológicos, elegeu-se por fontes históricas as edições disponíveis dos periódicos *Correio Braziliense*, *Boletim de Serviço da Prefeitura do Distrito Federal* e o *Diário Oficial Distrito Federal*. Interrogando a imprensa periódica, identificaram-se exigências específicas para a docência no meio rural no Distrito Federal, no caso das professoras que deviam residir na escola: serem solteiras, comprometerem-se a morar no estabelecimento de ensino, destinar 10% de seus vencimentos à Caixa Escolar e cumprir com um regulamento específico, tudo para não criar atritos com a comunidade. Sobre o trabalho dessas professoras, pairava uma série de expectativas: além de ensinar as matérias do currículo escolar, deviam tornar-se referência para a comunidade nos campos da saúde, da assistência social e da agricultura, tendo encargos bem mais pesados e amplos que aqueles dos professores das escolas urbanas. Apesar de todas essas exigências e expectativas, o trabalho concreto era árduo e precário,

<sup>[a]</sup> Doutor em Educação. Professor Adjunto de História da Educação e História da Educação Brasileira no Programa de Pós-Graduação em Educação, Modalidade Profissional, da Universidade de Brasília. Líder do GRUPHE-UnB/CNPq, e-mail: [juarezdosanjos@yahoo.com.br](mailto:juarezdosanjos@yahoo.com.br)

com atraso nos vencimentos, inadequação dos espaços escolares e dificuldades de toda ordem para o exercício da profissão. Para concluir, pode-se afirmar que as condições concretas de exercício da profissão docente no Distrito Federal se assemelham às aquelas identificadas em outras unidades da federação, com algumas peculiaridades, como no caso das regras para a moradia junto à escola e alguma tentativa de planejamento racional da escolarização nos núcleos rurais.

**Palavras-chave:** História da Educação. Educação Rural. Profissão Docente. Distrito Federal.

## Abstract

*This article, which is historiographical in nature, aims to analyze some of the conditions in the press for teaching in rural schools in the Federal District between 1966 and 1971. In terms of methodology, the historical sources chosen were the available editions of the periodicals Correio Braziliense, Boletim de Serviço da Prefeitura do Distrito Federal and the Diário Oficial Distrito Federal. By examining the periodicals, specific requirements for teaching in rural areas in the Federal District were identified, in the case of teachers who had to live at the school: they had to be single, commit to living at the school, donate 10% of their salary to the School Fund and comply with specific regulations, all in order to avoid creating friction with the community. A series of expectations hovered over the work of these teachers: in addition to teaching the subjects of the school curriculum, they had to become a reference for the community in the fields of health, social assistance and agriculture, having much heavier and broader responsibilities than those of teachers in urban schools. Despite all these demands and expectations, the actual work was hard and precarious, with delayed salaries, inadequate school spaces and all kinds of difficulties in practicing the profession. In conclusion, it can be stated that the actual conditions for practicing the teaching profession in the Federal District are similar to those identified in other states of the federation, with some peculiarities, such as the rules for housing near the school and some attempt at rational planning of schooling in rural areas.*

**Keywords:** History of Education. Rural Education. Teaching Profession. Federal District.

## Resumen

*El artículo, de carácter historiográfico, tiene como objetivo analizar algunos informes de prensa sobre las condiciones de la profesión docente en las escuelas rurales del Distrito Federal, entre 1966 y 1971. En términos metodológicos, se eligieron como fuentes históricas las ediciones disponibles de los periódicos Correio Braziliense, Boletim de Serviço da Prefeitura do Distrito Federal y el Diário Oficial Distrito Federal. A través de consultas a la prensa periódica, se identificaron requisitos específicos para ejercer la docencia en zonas rurales del Distrito Federal, en el caso de los docentes que debían residir en la escuela: debían ser solteros, comprometerse a vivir en el plantel educativo, destinar el 10% de su salario al Fondo Escolar y cumplir con regulaciones específicas, todo para no crear fricciones con la comunidad. Una serie de expectativas pesaban sobre el trabajo de estos profesores: además de enseñar materias del currículo escolar, debían convertirse en un punto de referencia para la comunidad en los campos de la salud, la asistencia social y la agricultura, teniendo responsabilidades mucho más pesadas y amplias que las de los profesores de las escuelas urbanas. A pesar de todas estas exigencias y expectativas, el trabajo real era duro y precario, con salarios atrasados, espacios escolares inadecuados y todo tipo de dificultades para ejercer la profesión. En conclusión, se puede afirmar que las condiciones concretas para el ejercicio de la profesión docente en el Distrito Federal son similares a las identificadas en otras unidades de la federación, con algunas particularidades, como en el caso de las reglas de vivienda próximas a la escuela y algún intento de planificación racional de la escolarización en zonas rurales.*

**Palabras clave:** Historia de la Educación. Educación Rural. Profesión docente. Distrito Federal.

## Introdução

Ao longo da década de 1960 foram implantadas diversas escolas rurais no território do Distrito Federal. Essas escolas – originalmente ligadas aos planos de abastecimento da capital, que previam a existência de equipamentos públicos nos Núcleos Rurais, dentre os quais, a escola primária (Derntl, 2020) –, surgiram, inicialmente, à margem do plano educacional de Anísio Teixeira, eminentemente urbano e que propunha, para a cidade de Brasília, a existência de jardins de infância, escolas-classe e Escola Parque, além dos Centros de Educação Média e a Universidade (Teixeira, 1961; Anjos, 2022a). Aos poucos essas escolas foram sendo incorporadas ao sistema oficial de ensino e por ele orientadas, sendo preconizada para elas uma pedagogia específica, de caráter ruralista, destinada a oferecer uma educação aos filhos dos agricultores que os aproximasse da terra e fizesse que nela se fixassem, a fim de que se concretizassem os planos de abastecimento da nova capital materializados nas granjas e núcleos rurais. A história dessas escolas é um capítulo ainda pouco conhecido na historiografia da educação brasileira, razão, pela qual, vem sendo investigada num projeto de pesquisa em andamento<sup>1</sup>.

Ditas essas palavras iniciais, lançando uma mirada sobre o passado, o objetivo deste artigo, de caráter historiográfico, é analisar alguns flagrantes na imprensa das condições de exercício da profissão docente nas escolas rurais do Distrito Federal, entre os anos de 1966 e 1971.

Segundo Denice Catani, por profissão docente, a historiografia da educação tem entendido as

várias dimensões do exercício profissional do magistério, cuja concepção exige análise simultânea e integrada dessas mesmas dimensões: a formação, a instituição e os saberes, o exercício concreto da atividade, as relações com o Estado, as formas de organização da categoria profissional (Catani, 2000, p. 587).

Por conseguinte, as condições de exercício concreto da atividade docente no meio rural no Distrito Federal são o aspecto da história da profissão docente que este artigo pretende abordar.

Já há um conhecimento acumulado, na historiografia da educação rural brasileira, sobre algumas especificidades da profissão docente exercida no campo, que foi “intermitente, por breves períodos e, em alguns estados da federação, executados por mestres leigos sem habilitação específica, que se tornaram professores num processo contínuo de autoformação” (Souza-Chaloba; Celeste Filho; Mesquita, 2020, p. 18). Em muitos lugares, abandonados pelo governo, “os professores dependiam somente da colaboração da comunidade para permanecer nas áreas rurais” (Sá; Silva, 2014, p. 63). A expressão “escola rural” agrega, na verdade, uma diversidade de instituições que atendiam as crianças do campo: “grupos escolares rurais, as escolas típicas rurais, as granjas escolares, as escolas de emergência, escolas agrupadas, etc.” (Souza-Chaloba, 2023, p. 11) que corresponde, também, a uma diversidade de modos de existir do professor rural. Apesar dessa precariedade e instabilidade da profissão, esse tipo de escola, até a década de 1960, atendia mais de 60% da população brasileira (Lima; Musial, 2016).

Daí, cabe indagar-se: esses problemas identificados pela historiografia também foram sentidos no Distrito Federal? Ou, por outro lado, quais foram as especificidades da profissão docente rural nessa unidade da Federação? São questões que no desenvolvimento deste estudo buscarei responder.

As fontes históricas eleitas para esta investigação são três publicações periódicas que circularam em Brasília no período aqui examinado: o jornal diário *Correio Braziliense*, o *Boletim de Serviço da Prefeitura do Distrito Federal* e o Diário Oficial *Distrito Federal*.

Sobre o *Correio Braziliense* convém registrar que

O primeiro número do *Correio Braziliense* saiu em 21 de abril de 1960, mesma data de inauguração da capital federal. Diferentemente do seu homônimo oitocentista, que nasceu de interesses políticos e emancipacionistas de

<sup>1</sup> Trata-se do projeto de pesquisa “Uma história das escolas rurais no Distrito Federal (1960-1971)” desenvolvida junto ao Programa XXX da XXX e com apoio financeiro do XXX.

Hipólito da Costa, este surgia como mais um braço do maior conglomerado da mídia brasileira de então, os *Diários Associados*, presididos pelo empresário da comunicação Assis Chateaubriand. (...)

No seu primeiro ano de funcionamento, o *Correio* conviveu com edições locais de jornais como o *Diário Carioca-Edição Brasília* e o *DC Brasília* (Spagna e Silva, 2020), mas foi o mais longo e o único inteiramente produzido na própria cidade, o que aumenta sua importância histórica para quem quer entender Brasília nos seus primórdios (Anjos, 2022b, p. 43).

Sobre a linha editorial do *Correio* nos anos 1960, a cobertura era basicamente “voltada, no âmbito local, para a fixação de Brasília no Planalto Central e regularmente os editoriais do jornal tratavam de assuntos referentes às necessidades da cidade. Havia um grande destaque para assuntos relacionados ao funcionalismo público (...)” (Morelli, 2002, p. 51). Politicamente, era alinhado aos governos de ocasião, o que o faria ganhar a fama de jornal chapa-branca (D’Amorim, 1993). Nacionalmente, seguia a linha editorial dos *Diários Associados* (Anjos, 2022b).

Já o *Boletim de Serviço da Prefeitura do Distrito Federal* era um periódico impresso, mimeografado, com circulação entre 1965 e 1966. Trazia estampados em suas páginas os atos oficiais da prefeitura do Distrito Federal bem como uma seção noticiosa intitulada “Notícias da PDF”, onde eram veiculados informes sobre a atuação do poder executivo local em vários campos de ação, dentre os quais, a educação.

Por fim, o Diário Oficial intitulado *Distrito Federal* veio substituir o *Boletim*. Sobre ele, sabe-se que

Foi em 25 de dezembro de 1967 que saiu o primeiro número do DODF. No cabeçalho, trazia o título “Distrito Federal” e subtítulo “órgão oficial do Poder Executivo do Distrito Federal”. Nome e subtítulo, assim, anunciam o caráter governamental e oficioso do periódico, o primeiro elemento a ser considerado ao utilizá-lo como fonte. Ele se propõe a trazer a versão do governo sobre aquilo que vai dar a ver. (...)

No seu primeiro número, o DODF contava com catorze páginas (...) e trazia na primeira, segunda e nas três últimas fotos e notícias relativas a realizações do governo do Distrito Federal e eventos culturais. Nas páginas restantes constavam os Atos Oficiais do Governo e das suas diversas secretarias (...) (Anjos, 2023, p. 3-4).

Tomando essa imprensa periódica como fonte histórica, concordo com Carlos Eduardo Vieira quando afirma que

...a imprensa permite uma ampla visão da experiência cidadina: dos personagens ilustres aos anônimos, do plano público ao privado, do político ao econômico, do cotidiano ao evento, da segurança pública às esferas cultural e educacional. Nela encontramos projetos políticos, visões de mundo e vislumbramos, em ampla medida, a complexidade dos conflitos e das experiências sociais (Vieira, 2019, p. 47).

Ao interrogar as notícias estampadas nas páginas do jornal diário ou dos impressos oficiais, levo em conta o alerta de Robert Darnton de que “as notícias não são o que aconteceu (...), mas sim relatos sobre o que aconteceu. É um tipo de narrativa, transmitida por tipos especiais de meios” (Darnton, 2005, p. 41). Ou seja, é preciso considerar que os fatos são narrados com objetivos, explícitos ou implícitos: ora denunciar, ora divulgar, ora incentivar etc. Essas intencionalidades precisam, assim, ser levadas em conta pelo historiador. Afinal, a imprensa é “ingrediente dos acontecimentos”, na medida em que “a prensa tipográfica ajudou a dar forma aos eventos que registrava” (Darnton, 1996, p. 15).

Metodologicamente, num primeiro momento, foram consultadas as edições do jornal *Correio Braziliense* digitalizadas e disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional entre 1960 e 1971. Ali, foi feita uma pesquisa por palavras-chave: “Escola rural”, “Escolas Rurais”; “Professor Rural”; “Professora Rural”; “Professores Rurais”. Selecionaram-se, para este estudo, aquelas ocorrências que abordavam as condições concretas de exercício da profissão docente nas escolas rurais.

Num segundo momento, a pesquisa foi realizada nas edições impressas do *Boletim de Serviço da Prefeitura do Distrito Federal*, cujos exemplares integram o acervo do Arquivo Público do Distrito Federal. Lido página por página, foi

selecionado, para este artigo, trecho de um regulamento da Fundação Educacional que estabelecia condições de exercício da profissão docente nas escolas rurais do Distrito Federal.

Num terceiro momento, a atenção recaiu sobre o *Distrito Federal*. Recentemente, todas as suas edições foram digitalizadas e disponibilizadas para consulta remota no site do Diário Oficial do Distrito Federal. Realizei a leitura integral dos números disponíveis, selecionando, para este trabalho, uma notícia que versa sobre a profissão docente e as condições de seu exercício nas escolas rurais.

Em todas as bases consultadas, a pesquisa foi iniciada pelo primeiro número disponível do periódico e concluiu-se em dezembro de 1971, data de aprovação da Lei 5.692, que transformou o ensino primário – nível ofertado pelas escolas rurais – em ensino de primeiro grau. Ao final, para este estudo, verificou-se que as notícias encontradas iam de 1966 a 1971, fator que acabou demarcando o recorte cronológico deste artigo. Ademais, esse período abarcado pode ser caracterizado como momento de consolidação do sistema de ensino de Brasília, época em que problemas de oferta de vagas, por exemplo, se intensificaram, reclamando que o governo local ampliasse a rede escolar, fato que se fez sentir também na zona rural, que teve um constante aumento de escolas rurais nesse momento e, consequentemente, um impacto e incremento na profissão docente exercida nesse meio social.

Apresentados os protocolos teórico-metodológicos desta investigação, nas páginas que seguem analisarei os flagrantes da profissão docente rural encontrados na imprensa periódica de Brasília. Ao final, encerro o percurso com algumas considerações, a modo de conclusão.

## Exigências para o exercício da docência rural

Na edição de 14 de outubro de 1966, o *Boletim de Serviço da Prefeitura do Distrito Federal*, para governo dos servidores da Fundação Educacional, trazia estampado o Regulamento de remoção e lotação de professores e diretores do ensino primário, que estabelecia os critérios para ser alocado ou transferido de uma escola primária para outra. Interessa-nos, aqui, o artigo relativo às exigências para o exercício da docência rural. Rezava o regulamento:

Art. 14 – Poderá escolher vaga, como residente, a professora que atenda às seguintes condições:

- ser solteira;
- firmar compromisso de residir na escola;
- assumir compromisso de cumprir o regulamento de Professora Residente;
- recolher à Caixa Escolar da própria escola uma taxa mensal correspondente à 10% de seus vencimentos;

§ 1 – Perderá o direito de lotação a professora que contrariar as normas acima ou criar, na comunidade, incompatibilidade que venha ferir os objetivos da escola.

§2 – Em nenhuma hipótese, será permitido à professora fazer-se acompanhar, na residência, de parentes ou qualquer outra pessoa (Regulamento..., 1966, p. 26).

Havia dois modelos de exercício da docência rural no Distrito Federal: da professora que reside na cidade e desloca-se até a escola, na zona rural e da professora que reside na própria escola, inserindo-se plenamente na vida da comunidade. Era este segundo modelo o mais incentivado no Distrito Federal, tanto que várias escolas, ao serem construídas, já previam a existência de dependências para a professora (Soyer; Leal, 1971). Ele seguia recomendações internacionais, como as das Conferências Internacionais de Instrução Pública promovidas pelo Bureau Internacional de Educação (BIE) e a Unesco. Sobre essas conferências e sua repercussão, vale recuperar que:

Promovidas, inicialmente, pelo Bureau Internacional de Educação (1934 a 1939 e em 1946) e, posteriormente, em parceria com a Unesco (a partir de 1947), em Genebra, na Suíça, as Conferências Internacionais de Instrução Pública foram, em meados do século XX, um dos principais fóruns de proposição e circulação de modelos e propostas pedagógicas para a instrução pública. Constituíram-se, para dialogar com Vidal e Rabelo (2020) em mais um dos hubs, “ponto de conexão de redes, local de encontro e passagem” do movimento internacional pela Educação Nova, em nível transnacional. Elaborando ao final de cada Conferência recomendações aos países participantes, essas em seu conjunto, nas palavras de Carlos Pasquale, diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep) nos anos

sessenta, constituem-se numa “Carta Internacional de Educação da maior importância, cuja significação não pode ser subestimada por quem quer que tenha uma parcela de responsabilidade na administração escolar” (Pasquale, 1965, p. IX). Evidências dessa importância conferida, no contexto brasileiro, são a participação do Brasil em várias conferências, a publicação de suas recomendações, anualmente, nas páginas da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos e a impressão do conjunto das recomendações emanadas até 1963 em livro organizado pelo Inep... (Anjos, 2021, p. 28).

Na Conferência de 1958, sobre “as possibilidades de acesso à educação nas zonas rurais”, recomendava-se que se oferecessem vantagens ao professor rural, dentre as quais, alojamento (BIE-Unesco, 1979). Já na conferência de 1963, sobre “a luta contra a escassez de professores primários”, rezava a recomendação número 57:

Nos países em que a escassez de professores primários seja particularmente aguda na zona rural ou em nas regiões isoladas, devem oferecer-se aos professores rurais estímulos compensatórios: subsídios especiais, limitação do tempo de serviço nas regiões isoladas ou insalubres; *facilidades de alojamento e abastecimento*, gratuidade dos meios de transporte, gratuidade dos serviços de saúde para sua família, facilidades de internato e estudo para seus filhos, autorização de cultivar livremente uma parte do terreno da escola, etc. (BIE-Unesco, 1979, p. 297-298, *tradução livre*).

Ancorados nos estudos de Flávia Werle (2007), Macioniro Celeste Filho (2020), Rony Silva; Ilka Mesquita e Ana Nery (2025), podemos afirmar que não foi pequena a influência do BIE e da Unesco nas políticas de educação rural no Brasil. Deste modo, é possível ver na medida adotada pelo governo do Distrito Federal de dotar as escolas rurais de alojamento para professores, um claro eco de cumprimento das recomendações emitidas por esses órgãos.

Ocorre, porém, que a implementação dessa medida trazia consigo alguns problemas de ordem prática, que acabaram por impactar a vida das professoras rurais: a necessidade de criar regras para usufruto desse direito concedido às docentes. Em São Paulo, por exemplo, nas décadas de 1930-1950, os professores podiam viver com suas esposas nos alojamentos das escolas rurais (Moraes, 2014). Em Brasília, a situação era outra: a preferência era para que o alojamento fosse ocupado por *professoras* (o toque de gênero, aqui, é importante) *solteiras*. Ancorando-se em representações de gênero há muito difundidas em torno da profissão docente no Brasil – como sacerdócio, missão, apostolado (Almeida, 1996) – ampliava-se, ainda mais, essa dimensão feminina, ao insistir que as professoras deveriam não ter compromissos familiares.

Fosse pelos alojamentos serem pequenos, por razões de economia ou para uma maior e melhor dedicação ao mister de ensinar às crianças numa comunidade rural, a professora que quisesse residir junto da escola, para facilitar seu trabalho, devia ser solteira, firmar compromisso de residir na escola (ou seja, de não afastar-se do seu local de trabalho), cumprir um regulamento específico (infelizmente, até aqui, não localizado) e ainda dar uma contribuição monetária, uma espécie de contrapartida ao alojamento, no percentual de 10% dos seus vencimentos, a serem recolhidos para a caixa escolar da escola onde trabalhava/residia.

A Caixa Escolar foi um mecanismo de financiamento da educação dos alunos pobres, amplamente adotado no Brasil e também em Brasília (Luz, 2022). Seus recursos deviam ser formados por doações dos pais de família, festas, bazares e, no caso da escola rural, por parte dos vencimentos da professora que residia na escola! Essa contrapartida não era prevista nas recomendações da Unesco, sendo uma iniciativa específica do Distrito Federal.

Além da pecúnia a ser paga pela professora em troca do “privilegio” de morar no local de trabalho, havia, ainda, regras de ordem funcional a serem seguidas: se as normas fossem contrariadas ou se a professora criasse incompatibilidades na comunidade que ferissem os objetivos da escola, perderia o direito de lotação. E mais: era proibida de “fazer-se acompanhar, na residência, de parentes ou qualquer outra pessoa”. A docência rural, nesse caso, era quase um sacerdócio celibatário: a professora rural entraria na escola solteira e assim deveria permanecer enquanto nela residisse.

Além dessas exigências de ordem funcional/ moral, havia também uma série de funções que deveriam ser desempenhadas pelas professoras rurais, como veremos na seção a seguir.

## Funções atribuídas às professoras rurais

Em 25 de março de 1970, o *Distrito Federal* trazia notícia sobre a criação de quatro novas escolas na zona rural de Sobradinho, na qual se destaca também um conjunto de expectativas em relação às funções atribuídas pelo governo às professoras rurais:

A educação, uma das principais metas de governo da atual administração do Distrito Federal, tem recebido da parte das autoridades responsáveis por áreas desse importante setor de serviços públicos, uma ênfase toda especial. Assim é que, dentre outras providências, o Governador Hélio Prates da Silveira determinou a elaboração de um planejamento específico para as regiões rurais, englobando educação primária, assistência social e sanitária, além de orientação técnico científica no âmbito da pecuária e da agricultura. Tal planejamento se realizou com a colaboração das Administrações Regionais, a Fundação do Serviço Social, Secretarias de Saúde e Educação e Cultura. (Zona Rural..., 1970, p. 2)

Em 1970, o governador Hélio Prates da Silveira parecia estar decidido a implementar o que Lucídio Albuquerque projetara para as zonas rurais do Distrito Federal no início da década (Derntl, 2020): núcleos rurais dotados de equipamentos públicos que possibilitassem a fixação das comunidades ao campo. É claro que havia diferenças entre os contextos: Lucídio Albuquerque atuou como técnico do governo federal nos “anos dourados” de construção de Brasília, época em que quase todo tipo de projeto era enunciável. Já Hélio Prates atua no auge da Ditadura Civil-Militar, como governador nomeado pelo regime ditatorial para garantir que Brasília se consolidasse, reaproveitando o que fosse viável dos muitos planos outrora elaborados. No tom adotado na reportagem, parece tratar-se de uma novidade; na verdade, sabemos, era remendo novo em roupa velha, ou seja, mais uma tentativa de organizar o espaço rural com vistas ao abastecimento da nova capital. Para que esse plano se materializasse, o governo contava com apoio de diversas secretarias – Administração Regional, Fundação do Serviço Social, Saúde e Educação. Era sobre o campo de ação dessa última que a sequência da notícia em exame se ocupa:

Dentro desse esquema, mais quatro escolas serão construídas, nos próximos 60 dias, na Zona Rural de Sobradinho, somando-se às cinco já em funcionamento. Essas escolas atenderão a toda a população escolar daquela cidade satélite.

Cada escola rural, com capacidade média para 50 alunos, divididos em dois turnos, contará com uma sala de aula, dormitório para a professora e cantina, para servir a merenda escolar. Em outro bloco funcionará um posto de saúde. (Zona Rural..., 1970, p. 2)

O projeto era ambicioso: previa a construção de quatro escolas de mestre único (com uma sala de aula), dormitório para a professora (para que esta residisse na escola e estivesse mais próxima da comunidade, mediante aquelas regras que vimos na seção anterior) e cantina, que garantisse a alimentação dos escolares. No outro extremo do edifício, funcionaria o posto de saúde.

Concordando com Carlo Ginzburg (1991, p. 34) que, “na seção transversal de qualquer presente, estão incrustados também muitos passados”, essas diretrizes arquitetônicas se conformavam às recomendações anteriores das Conferências Internacionais de Instrução Pública para escolas de mestre único (1961) e para a educação nas zonas rurais (1958) e tinham consequências sobre as condições de exercício da profissão docente rural.

Sobre a estrutura física da escola de mestre único, a Conferência de Instrução Pública de 1961 recomendava que

O edifício da escola de mestre único deve estar concebido em função das necessidades próprias deste tipo de escola; para facilitar as atividades simultâneas de grupos diferentes, convém prever locais de trabalho e locais suplementares, dispostos de maneira que o professor possa vigiar constantemente o conjunto de seus alunos; sempre que seja realizável, a escola deve dispor de terreno para práticas de jardinagem e criação de pequenos animais (BIE-Unesco, 1979, p.257, *tradução livre*).



Como se vê, o espaço reduzido da escola de mestre único – caso das escolas que seriam construídas em Sobradinho – visava que o professor pudesse ter maior e mais eficiente controle dos estudantes sobre seus cuidados. Almejava-se não só um melhor resultado no processo de escolarização, mas, também, o domínio das condutas dos pequenos escolares. Já a previsão da existência da cantina escolar ia ao encontro do que recomendavam o BIE e a Unesco em 1958:

Se pode facilitar muito a assistência escolar às escolas rurais mediante a criação de serviços de cantinas e uniformes escolares; estes serviços podem, também, ser benéficos para a saúde dos alunos e contribuir com eficácia para a difusão de princípios de higiene entre a população (BIE-Unesco, 1979, p. 210, *tradução livre*).

À professora da escola rural caberia a preparação da merenda na modesta cantina da escola rural e, por meio dos hábitos alimentares a serem incutidos nos estudantes, uma higienização dos seus costumes. Além de ensinar, portanto, tocaria zelar pelos bons hábitos de higiene dos seus alunos. É dentro desse quadro de referência que devemos ler a conclusão da reportagem, quando afirma que

A professora designada pela Secretaria de Educação terá papel da maior importância, pois, além de ministrar as aulas, será a líder de cada núcleo residencial.

Toda orientação nos setores de educação, saúde, assistência social e agricultura será dada pela professora, sob a supervisão dos técnicos de cada um dos órgãos que trabalham junto ao planejamento. (Zona Rural..., 1970, p. 2)

Muito além da sala de aula, esperava-se que a professora rural atuasse nos campos da educação, da saúde, da assistência social e da agricultura. Ela devia ser um polo irradiador do espírito ruralista da escola rural, uma espécie de missionária levando a boa nova da educação, da saúde e do trabalho racional às populações com as quais estaria em contato e no meio das quais fixaria sua residência. Claro, sob a supervisão de técnicos especializados nesse assunto, como o médico, com quem dividiria o espaço físico da escola.

Essa era uma representação amplamente partilhada sobre a especificidade do trabalho do professor da zona rural, presente já na Campanha Nacional de Educação Rural (1952-1963) e na formação dada a esses professores. Conforme Carminha Visquetti, Rosemary da Luz e Nilce Ferreira,

A partir da análise de publicações nas revistas do CNER, foi possível evidenciar que os cursos normais rurais adotavam currículos similares aos cursos de treinamento, mas as disciplinas eram abordadas de forma mais aprofundada, contudo, tanto nos cursos de treinamento, quando nos cursos normais rurais, as disciplinas foram estruturadas no tripé: pedagógico, higiênico/ sanitário e agrícola.

As disciplinas práticas do curso de magistério rural eram voltadas para as práticas e afazeres domésticos e agrícolas e abordavam temáticas como puericultura, alimentação, corte e costura, hortas e criação de pequenos animais e econômica doméstica, a exemplo (Visquetti; Luz; Ferreira, 2022, p. 50).

Assim, em 1970, no Distrito Federal, mantinha-se a atribuição de funções além da docência ao professor rural, funções consideradas essenciais para a educação e bom governo das populações rurais, não só das gerações mais jovens, mas da comunidade como um todo. Esse trabalho amplo, porém, não se fazia sem obstáculos, assunto que trataremos na sequência.

## Obstáculos ao exercício da profissão docente rural

Em 12 de abril de 1967, sob a manchete “Escolas Rurais”, o *Correio Braziliense* denunciava uma série de fatores que se constituíam em óbices para o exercício da profissão docente na zona rural do Distrito Federal. Lia-se:



Com o novo governo vamos esperar que os problemas que se acumulam na Educação sejam resolvidos de modo não só a atender aos reclamos da população, especialmente no setor do ensino médio, onde faltam professores e já existem excedentes, mas também no campo da escola rural, onde as distâncias são maiores. Está a escola rural precisando urgentemente de assistência e de compreensão. Temos, em primeiro lugar, o problema do pessoal. As professoras são contratadas ganhando menos, por força de um decreto-lei; cuidam de classes com mais de quarenta alunos, como, em alguns casos, filhos de colonos japoneses, realizando um trabalho de nacionalização. O estado de conservação dessas escolas, precário, sem vidros e com vazamentos, como as de construção de madeira e doadas pelo governo do México, é outro aspecto do problema. Há, ainda, o do atraso no pagamento do salário desse pessoal, que aguarda três e meio meses para receber o vencimento.

A regularização do pagamento; a redistribuição de classes de aulas; o aumento do número de professoras para algumas escolas que se fecham por falta de mestres e a conservação dos prédios, acreditamos, pela importância e pelo que representou para a segurança nacional, dignos de prioridade na agenda do novo secretário. (Escolas Rurais, 1967, p. 4).

O articulista do *Correio Braziliense* traça um quadro sombrio da educação no Distrito Federal, enumerando uma série de problemas enfrentados por este setor, em especial, as escolas rurais. Problemas sentidos, em particular, pelas professoras rurais.

Segundo a notícia, as professoras rurais – apesar de desempenharem um trabalho mais amplo e exigente que as professoras das escolas urbanas, como vimos na seção anterior – ganhavam menos, por força de uma decreto-lei. Além disso, trabalhavam com classes de mais de quarenta alunos, incluindo filhos de colonos japoneses. De fato, no Distrito Federal, havia a colônia Kanegae, um dos primeiros núcleos rurais locais, formada por japoneses vindos do interior de São Paulo (Tavares, 1995). Não se tem notícia em outras fontes que essas crianças não falassem português, mas, segundo o articulista, havia um trabalho de “nacionalização” a ser feito pelas docentes, semelhante àquele processo vivenciado nas colônias de imigrantes trinta anos antes, na era Vargas (Kreutz, 2000).

O espaço escolar onde as professoras rurais desempenhavam seu ofício também era precário: salas sem vidros, construções de madeira e com vazamentos – bem diferentes do que a propaganda governamental alardeava quando se tratava desse tipo de estabelecimento. Inclusive as escolas doadas pelo governo do México – modelo latino-americano em termos de educação rural (Souza, 2013) – ao que parece, pré-montadas, de madeira, apresentavam problemas semelhantes. Se considerarmos que a cultura empírica da escola (Escolano Benito, 2010) é suporte essencial para as práticas educativas, podemos imaginar as limitações que esse mau estado de conservação das escolas rurais trazia para o trabalho dos professores que atuavam no campo.

Para arrematar, havia ainda o problema do atraso dos salários, que, no caso das professoras rurais, levava até três meses e meio para ser pago. Essa questão de atraso de vencimentos parece ter sido uma constante na história da profissão docente no Distrito Federal, tanto rural quanto urbana, conforme denunciava um ano antes o colunista Ari Cunha no mesmo *Correio Braziliense* (Anjos, 2022c). Mas devia ser mais grave no caso das professoras rurais, já que, como demonstrado na primeira seção deste artigo, tinham ainda a obrigação de dispor de 10% de seus vencimentos para a Caixa Escolar das escolas onde trabalhavam/ residiam.

Era a solução de todos esses problemas que reclamava o articulista ao novo secretário que estava por assumir a pasta, alegando, inclusive, bem ao gosto da Ditadura Civil-Militar então instaurada, ser questão de segurança nacional. Se foram resolvidos, as fontes consultadas nada mais revelaram sobre o assunto, mas, sem dúvida, deixaram registrados os inúmeros problemas no caminho da docência no meio rural.

Quatro anos mais tarde, em 28 de março de 1971, eram as condições precárias da Escola Rural de São Gonçalo, no Núcleo Rural de Tabatinga, em Planaltina, que atrapalhavam o exercício da docência rural da professora Maria Teresa. Relatava-se aos leitores:

Desde o último dia 24 de fevereiro, a Escola Rural de São Gonçalo no núcleo rural de Tabatinga, área de Planaltina, está com suas aulas suspensas por não oferecer condições mínimas de funcionamento. Instalada num casebre de

taipa, a Escola Rural foi construída pelos próprios moradores do local, estando, atualmente, com as paredes esburacadas e remendadas com material plástico e, ainda por cima, com o teto ameaçando cair. No período de chuvas, as aulas são interrompidas devido à inundação, molhando os 61 alunos, cujas idades variam de 7 a 17 anos. Segundo informou a professora Maria Teresa à sucursal do “CB” em Sobradinho, a merenda escolar foi suspensa pois a escola não possui dependências adequadas que possam ser utilizadas para fazê-la. A situação da Escola reclama às autoridades responsáveis pelo Ensino Primário do Distrito Federal providências urgentes. (Escola Rural, 1971, p. 17).

Não sabemos se a reportagem foi procurada pela professora Maria Teresa ou a ela dirigiu-se para obter informações. O fato é que ela foi informante sobre a situação precária que vivia no exercício de suas funções docentes na Escola Rural São Gonçalo. Segundo o que a reportagem apurou, a escola fora construída pelos próprios moradores e de forma bastante improvisada, de taipa. Esse tipo de iniciativa e improviso foi comum no Distrito Federal, como atestam pareceres sobre a criação de escolas rurais por parte do Conselho de Educação do Distrito Federal publicados no Diário Oficial. Foi regra abrir escolas nessas condições, com a promessa de tão logo possível serem melhoradas pelo poder público. Algo que, no caso da escola em tela, ainda não se realizara.

A situação era alarmante: além de construída com materiais inadequados de acordo com as regras higiênicas em vigor, as paredes da escola estavam esburacadas, remendadas e com o teto ameaçando ruir. Na época de chuvas – muito intensas no bioma do Cerrado durante seis meses do ano – a sala de aula se via inundada, “molhando os 61 alunos, cujas idades variam de 7 a 17 anos”. Era, como se vê, uma escola de mestre único, com turma heterogênea e em número muito acima do recomendado para esse tipo de instituição pelas Conferências Internacionais de Instrução Pública.<sup>2</sup>

Para entornar o caldo, a merenda escolar teve de ser suspensa, não pela falta de insumos, mas de local adequado para prepará-los. Aquela escola era, assim, a negação de todos os planos e projetos para o ensino rural no Distrito Federal. E em meio a toda essa precariedade é que se esperava que o professor rural desempenhasse suas funções. Diante da impossibilidade de bem fazê-lo, só lhes restavam proceder como a professora Maria Teresa: recorrer à imprensa, na esperança de ser ouvida pelas autoridades.

## Considerações finais

Este artigo teve por objetivo analisar alguns flagrantes na imprensa das condições de exercício da profissão docente nas escolas rurais do Distrito Federal, entre os anos de 1966 e 1971.

Interrogando a imprensa periódica, identificaram-se exigências específicas para a docência no meio rural no Distrito Federal, no caso das professoras que deviam residir na escola: serem solteiras, comprometerem-se a morar no estabelecimento de ensino, destinar 10% de seus vencimentos à Caixa Escolar e cumprir com um regulamento específico, tudo para não criar atritos com a comunidade. Sobre o trabalho dessas professoras, pairava uma série de expectativas: além de ensinar as matérias do currículo escolar, deviam tornar-se referência para a comunidade nos campos da saúde, da assistência social e da agricultura, tendo encargos bem mais pesados e amplos que aqueles dos professores das escolas urbanas. Apesar de todas essas exigências e expectativas, o trabalho concreto era árduo e precário, com atraso nos vencimentos, inadequação dos espaços escolares e dificuldades de toda ordem para o exercício da profissão.

Para concluir, pode-se afirmar que as condições concretas de exercício da profissão docente no Distrito Federal se assemelham àquelas identificadas em outras unidades da federação, com algumas peculiaridades, como no caso das regras para a moradia junto à escola e alguma tentativa de planejamento racional da escolarização nos núcleos rurais. No conjunto, porém, essas evidências revelam que mesmo em uma cidade planejada, como Brasília, limitações as mais

<sup>2</sup> A recomendação número 52, sobre escolas de mestre único, indicava: “Como o titular de uma escola de um só mestre tem que ocupar-se de alunos de idade mui diversas que correspondem a vários anos de estudo, a matrícula nesse tipo de escola não deveria passar do número de alunos normalmente confiados a cada professor de uma escola primária de vários professores e, inclusive deveria ser inferior a esse número” (BIE-Unesco, 1979, p. 256, *tradução livre*).

diversas foram experimentadas pelas populações rurais, mostrando o quão desafiador era, para os professores que trabalhavam nesse meio, exercerem adequadamente sua profissão, fosse por omissões do poder público ou por um excesso de atribuições a que tinham de sujeitar-se para exercer o ofício, conforme flagrado pela imprensa periódica local.

## Referências

ALMEIDA, Jane Soares. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. O jornal Correio Braziliense como fonte para a história das culturas escolares em Brasília (1960-1971). In: BERTOLETTI, Estela Natalina Mantovani; ZIMMERMAN, Tânia Regina (orgs.). *Fontes históricas em perspectivas situadas: limiares de pesquisas e ensinabilidades em educação*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022b, p. 37-54.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. A cultura material da escola primária nas recomendações das Conferências Internacionais de Instrução Pública (1934-1968). In: CORDEIRO, Andréa Bezerra *et al.* (orgs.). *A teia das coisas: cultura material escolar e pesquisa em rede*. Curitiba: NEPIE-UFPR, 2021, p. 28-47.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. Ari Cunha e as críticas ao sistema de ensino de Brasília na coluna Visto, Lido e Ouvido (Correio Braziliense, 1960-1965). *História da Educação*. 2022c.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. O Diário Oficial do Distrito Federal como fonte para a história da educação (1967-1971). *Roteiro*. Joaçaba, v. 48, p. 1-16, jan.-dez. 2023.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. O Inep e o planejamento do sistema público de ensino de Brasília nos anos 1950. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v. 103, n. 253, p. 87-94, jan./abr. 2022a.

BIE-UNESCO. *Conferencia Internacional de Educación – Recomendaciones 1934-1977*. Paris: Unesco, 1979.

CATANI, Denice. Estudos de história da profissão docente. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 585-599.

CELESTE FILHO, Macioni. A educação rural delineada por organismos internacionais de cultura e suas repercussões no Brasil nas décadas de 1960 e 1970. In: SOUZA-CHALOPA, Rosa Fátima de; CELESTE FILHO, Macioni; MESQUITA, Ilka Miglio de (orgs.). *História e memória da educação rural no século XX*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020, p. 231-270.

D'AMORIM, José Sebastião. Correio Braziliense: a força e a fraqueza de um jornal. In: SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISIONAIS DO DF (org.). *Jornalismo de Brasília: impressões e vivências*. Brasília: Lantana Comunicação, 1993, p. 92-107.

DARNTON, Robert. As notícias em Paris: uma pioneira sociedade da informação. In: DARNTON, Robert. *Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo: companhia das Letras, 2005, p. 40-90.

DARTNON, Robert. Introdução. In: DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (orgs.). *Revolução Impressa: a imprensa na França 1775-1800*. São Paulo: Edusp, 1996, p. 15-20.

DERNTL, Maria Fernanda. Brasília e suas unidades rurais: planos e projetos para o território do Distrito Federal entre fins da década de 1950 e início da década de 1960. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 28, p. 1-32, 2020.

ESCOLANO BENITO, Agustín. Patrimonio material de la escuela e historia cultural. *Linhas*. Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 13-28, jul.-dez. 2010.

ESCOLAS RURAIS. *Correio Braziliense*, 12 de abr. 1967, p. 4.

GINZBURG, Carlo. *História noturna: decifrando o Sabá*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

KREUTZ, Lúcio. A educação de imigrantes no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 347-370.

LIMA, Sandra Cristina Fagundes de; MUSIAL, Gilvanice Barbosa da Silva. Apresentação. In: LIMA, Sandra Cristina Fagundes de; MUSIAL, Gilvanice Barbosa da Silva. (orgs.). *Histórias e memórias da escolarização das populações rurais*. Sujeitos, instituições, práticas, fontes e conflitos. Jundiaí: Paco Editorial, 2016, p. 11-18.

LUZ, Alana Souza. *A caixa escolar do ensino primário nas páginas do Correio Braziliense (Brasília, 1960-1971)*. (Mestrado Profissional em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação Modalidade Profissional da Universidade de Brasília. Brasília, 2022.

MORAES, Agnes Iara Domingos. *Ensino primário tipicamente rural no Estado de São Paulo*. Granjas escolares, grupos escolares rurais e escolas típicas rurais (1933-1968). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

MORELLI, Ana L. F. *Correio Braziliense 40 anos – do pioneirismo à consolidação*. (Mestrado em Comunicação). Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília. Brasília, 2002.

REGULAMENTO DE REMOÇÃO E LOTAÇÃO DE PROFESSORES E DIRETORES DE ENSINO PRIMÁRIO. *Boletim de Serviço da Prefeitura do Distrito Federal*. Brasília, 14 out. 1966, p. 24-30.

SÁ, Elizabeth Figueiredo; SILVA, Marineide Oliveira da. O ruralismo pedagógico: uma proposta para organização da escola primária rural. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 23, p. 61-83, 2014.

SILVA, Rony Rei do Nascimento; MESQUITA, Ilka Miglio de; NERY, Ana Clara Bortoletto. “Os pés descalços do rurícola”: as recomendações da Unesco para a educação rural no Brasil e no México (1936-1958). In: CHALоба, Rosa Fátima Souza; GARCIA, Noely Costa Dias; SANTOS, Kalline Lima dos. (orgs.). *Diversidades regionais e educacionais em perspectiva histórica*. Marília/ São Paulo: Oficina Universitária/ Cultura Acadêmica, 2025, p. 87-108.

SOUZA, Rosa Fátima. A “educação rural no México” como referência para o Brasil. *Educação em Questão*. Natal, v. 45, n. 31, p. 61-81, jan.-abr. 2013.

SOUZA-CHALоба, Rosa Fátima de; CELESTE FILHO, Macioni; MESQUITA, Ilka Miglio de. Apresentação. In: SOUZA-CHALоба, Rosa Fátima de; CELESTE FILHO, Macioni; MESQUITA, Ilka Miglio de (orgs.) *História e memória da educação rural no século XX*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020, p. 13-30.

SOUZA-CHALоба, Rosa Fátima. Uma década de pesquisas sobre a história da educação rural no Brasil (2012-2022). *História da Educação*. Porto Alegre, v. 27, p. 1-21, 2023.

SOYER, Santa Alves; LEAL, Edna. *A educação primária no Distrito Federal*. Brasília, 1971, mimeo. Acervo do Museu da Educação do Distrito Federal.

TAVARES, Joaquim. *Brasília Agrícola*. Sua História. Brasília: Edição do Autor, 1995.

TEIXEIRA, Anísio. Plano de construções escolares de Brasília. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v. 35, n. 81, p. 195-199, jan./mar. 1961.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Imprensa, educação e esfera pública: um estudo a partir dos jornais paranaenses entre o final do século XIX e primeiro quartel do século XX. In: VIEIRA, Carlos Eduardo; BONTEMPI JR., Bruno; OSINSKI, Dulce (orgs.) *História intelectual e educação: imprensa e esfera pública*. Jundiaí: Paco Editorial, 2019, p. 47-67.

VISQUETTI, Carminha Aparecida; LUZ, Rosemary; FERREIRA, Nilce Vieira Campos. Professoras rurais na Campanha Nacional de Educação Rural (1952-1963): tripé pedagógico, sanitário e agrícola. In: FERREIRA, Nilce Vieira Campos *et al.* (orgs.) *Formação de professoras rurais, história da educação e contextos de pesquisa nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil e na América Latina*. Cáceres: Editora UNEMAT, 2022, p. 43-51.

WERLE, Flávia Orbino Corrêa. Apresentação. In: WERLE, Flávia Orbino Corrêa (org.). *Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor*. Ijuí: Editora Unijuí, 2007, p. 9-16.

ZONA RURAL DE SOBRADINHO TERÁ MAIS QUATRO ESCOLAS. *Diário Oficial do DF*. 25 de mar. 1970, p. 2.

---

**Editor Responsável:** Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira

**Recebido/Received:** 04.07.2025 / 07.04.2025

**Aprovado/Approved:** 10.11.2025 / 11.10.2025